



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Gestão dos Gastos Públicos Administrativos - SUGESP
Gerência de Compras - SUGESP-GCOM

ADENDO

ADENDO MODIFICADOR N.º 1

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90163/2025/SUPEL/RO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 0042.003661/2024-86

OBJETO: Registro de Preços para contratação de empresa(s) especializada(s) em locação de climatizadores, locação de tendas, estruturas e locação de banheiros químicos, para os eventos realizados por esta Superintendência Estadual de Gestão e Gastos Públicos Administrativos - SUGESP e órgãos vinculados ao Gabinete do Governador.

1. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

ONDE SE LÊ:

14.2.1. A qualificação técnica será exigida em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

[...]

VI - declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual **igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.**

§ 2º Observado o disposto no **caput** e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com **quantidades mínimas de até 50%** (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

[...]

§ 5º Em se tratando de serviços contínuos, o edital poderá exigir certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos.

14.2.2. Entende-se por pertinente e compatível em características e quantidade o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma contemple a entrega de materiais/produtos condizentes com o(s) item(ns) ou grupos que estiverem participando.

14.2.3. O atestado deverá indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, e-mail, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.), além da descrição do objeto e quantidade expressa em valor, este último quando possível.

14.2.4. O atestado e/ou declaração emitido por pessoa de direito público deverá constar órgão, cargo e matrícula do emitente.

14.2.5. QUANTO A LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS:

14.2.5.1. Deverá apresentar comprovação de licença ambiental para o descarte dos resíduos gerados, na hipótese de subcontratação deverá a contratada apresentar a comprovação emitida pelo subcontratado.

14.2.5.2. Comprovação que possui local próprio ou cópia de contrato com terceiros para descarga e tratamento.

14.2.5.3. Apresentação da Ficha de Informação de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ) para os Desodorizantes utilizados nos Banheiros Químicos.

14.2.6. QUANTO A LOCAÇÃO DAS ESTRUTURAS E TENDAS EM GERAIS:

14.2.6.1. A entrega deverá ser efetuada no prazo de até 72 horas a contar do recebimento da ordem de fornecimento a qual deverá conter endereço completo e responsável pelo recebimento.

14.2.6.2. Fica sob responsabilidade da contratada todos os custo de transporte, logística de entrega, de retirada, carga e descarga, montagem, desmontagem e limpeza da mesma pós montagem.

14.2.6.3. A empresa deverá apresentar declaração de que possui Registro em Conselho competente e demais documentações no ato da Habilitação como forma de garantia da regularidade com a legislação pertinente.

14.2.6.4. A empresa ainda deverá apresentar a comprovação do Registro em Conselho competente e a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ao setor de Engenharia da contratante no ato de recebimento da Ordem de Fornecimento ficando vinculada esta exigência a efetividade da contratação.

14.2.6.5. Os itens (10 e 11) devem possuir aterramento elétrico conforme "ABNT NBR5419-3 DE 05/2015" - Proteção de estruturas contra descargas atmosféricas". Apresentação de projetos (estrutural e aterramento) e laudo técnico (aterramento) com as devidas Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) de profissional habilitado (Engenheiro Mecânico/Civil e Engenheiro Eletricista), emitida pelo Conselho de Engenharia e Agronomia de Rondônia (CREA-RO), com taxas pagas e com VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS.

LEIA-SE:

15.2. Qualificação Técnica

15.2.1. A qualificação técnica será exigida em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

[...]

VI - declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual **igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.**

§ 2º Observado o disposto no **caput** e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com **quantidades mínimas de até 50%** (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

[...]

§ 5º Em se tratando de serviços contínuos, o edital poderá exigir certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos.

15.2.2. A Comprovação de aptidão da licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação através da apresentação dos seguintes documentos:

a) Atestado de Capacidade Técnica Operacional, em nome da licitante, comprovando que a empresa executou diretamente serviços de características semelhantes em complexidade tecnológica ao

LOTE em que ofertar proposta.

b) Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante atestados emitidos por pessoa(s) jurídica (s) de direito público ou privado.

c) O atestado deverá indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, fax, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.), além da descrição do objeto e quantidade expressa em valor, este último quando possível.

d) O atestado e/ou declaração emitido por pessoa de direito público deverá constar órgão, cargo e matrícula do emitente.

15.2.3. QUANTO A ITENS DE MONTAGEM E DESMONTAGEM - ITENS 03, 06, 07, 08, 10 E 11.

15.2.4. Registro da empresa junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou entidade competente, com jurisdição no Estado em que está sediada a empresa, com validade na data limite de entrega da documentação e das propostas.

15.2.5. A licitante deverá apresentar **DECLARAÇÃO** que possuirá na data prevista para início dos serviços profissionais de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, que possua vínculo com a empresa contratada, detentores dos documentos comprobatórios (Certidão de Acervo Técnico - CAT) de experiência solicitados no item 14 por execução de serviço de complexidade tecnológica semelhante aos lotes II e III, sendo:

a) 01 Engenheiro Eletricista ou outro profissional competente, com registro ativo junto ao CREA ou conselho profissional competente, que possua Certidão de Acervo Técnico emitida por qualquer uma das regiões do CREA ou conselho profissional competente comprovando a execução de serviços compatíveis com o objeto. O profissional será responsável tecnicamente por todos os serviços elétricos e de aterramento da montagem e desmontagem das arquibancadas, camarote, e treliças;

b) 01 Engenheiro Mecânico ou outro profissional competente, com registro ativo junto ao CREA ou conselho profissional competente, que possua Certidão de Acervo Técnico emitida por qualquer uma das regiões do CREA ou conselho profissional competente comprovando a execução de serviços com estruturas metálicas verticais de complexidade compatível com o objeto licitado. O profissional será responsável tecnicamente pela montagem e desmontagem das arquibancadas e camarote.

c) 01 profissional de Arquitetura, ou outro profissional competente, com registro no CAU ou conselho profissional competente, com emissão de respectiva RRT/ART. O profissional será responsável tecnicamente pela montagem e desmontagem das treliças e tendas.

15.2.6. Os documentos acima elencados deverão ser apresentados na forma de documentos de habilitação na fase do certame licitatório.

15.2.7. QUANTO A LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS:

15.2.7.1. Deverá apresentar comprovação de licença ambiental para o descarte dos resíduos gerados, na hipótese de subcontratação deverá a contratada apresentar a comprovação emitida pelo subcontratado.

15.2.7.2. Comprovação que possui local próprio ou cópia de contrato com terceiros para descarga e tratamento.

15.2.7.3. Apresentação da Ficha de Informação de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ) para os Desodorizantes utilizados nos Banheiros Químicos.

15.2.7.4. O disposto nos itens 15.2.7.1, 15.2.7.2, 15.2.7.3 poderá ser comprovado mediante declaração no ato da habilitação, tendo obrigatoriedade de apresentação da licença no ato da execução dos serviços.

2. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO: DO LOCAL, FORMA E PRAZO DE ENTREGA/CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

ONDE SE LÊ:

8.1. Do Local e forma de entrega:

8.1.1. O local de entrega será oportunamente informado na emissão da Ordem de Fornecimento, conforme o cronograma de eventos.

8.1.2. A entrega do objeto deverá ser de **FORMA PARCIAL**, de acordo com as necessidades dos eventos.

8.1.3. Os serviços serão executados conforme solicitado por ordem de fornecimento pelo CONTRATANTE.

8.1.4. Os serviços deverão ser executados rigorosamente dentro das especificações estabelecidas neste Termo, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa formal, com a aplicação das penalidades contratuais.

8.1.5. Não aceito os serviços executados, será comunicado à empresa para que imediatamente se refaça os serviços que não estão de acordo com as especificações mínimas de qualidade estabelecidas no Termo de Referência/Contrato.

8.2. Do Prazo

8.2.1. O prazo de entrega será conforme o cronograma de eventos da Superintendência de Gestão e Gastos Públicos e dos órgãos vinculados ao Gabinete do Governador, solicitado perante a ordem de fornecimento.

8.2.2. O prazo máximo de entrega/montagem deverá ser de **10 (dez) dias corridos**, a partir do recebimento da Ordem de Serviço.

8.2.3. Para o Lote I a entrega e montagem deverá ser **até 24h (vinte e quatro horas), antes do(s) evento(s)**.

8.3. O recebimento do objeto da aquisição se dará conforme compreenderá duas etapas distintas, a seguir discriminadas:

a) Provisoriamente, em até **03 (três) dias úteis**, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

b) Definitivamente, em **5 (cinco) dias úteis**, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação. A comissão de recebimento constará a:

I - Verificação física do objeto adquirido para constatar a integridade do mesmo.

II - Verificação da conformidade com a quantidade e especificações constantes do Termo de Referência.

III - O recebimento provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do material, nem ético profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela Lei ou instrumento contratual.

8.4. Das Condições de Recebimento

8.4.1. O objeto contratado deverá ser entregue conforme quantidade e especificações descritas Ordem de Fornecimento, conforme a demanda, em conformidade com o Termo de Referência.

8.4.2. Os serviços serão supervisionados por uma comissão que terá juntamente com a requisitante a incumbência de, dentre outras atribuições, aferir a quantidade, qualidade e adequação dos serviços executados.

8.4.3. A conferência e o recebimento do serviço ficará sob responsabilidade da Comissão de Fiscalização e Recebimento de cada órgão vinculado ao Gabinete do Governador (solicitante), sendo por esta devidamente nomeada por portaria elaborada em momento oportuno, antes da Ordem de Serviço.

8.4.4. O recebimento provisório e definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do material, nem ético profissional pela perfeita execução dos serviços.

8.4.5. Se o fornecedor ver comprovadamente dificuldades para entregar o serviço, dentro do prazo estabelecido, não sofrerá multa, caso informe oficialmente com antecedência de mínimo 03 (três) dias corridos, antes de esgotado o prazo inicialmente previsto, apresentando justificativa circunstanciada formal, que deverá ser encaminhada a SUGESP, por sua vez, decidirá a possibilidade de prorrogação do prazo, ou determinará a cominação das multas cabíveis, que ocorrerá a partir da efetiva notificação.

8.4.6. Os objetos deste serviço serão recusados, quando:

- a) entregues com especificações diferentes das constantes neste Termo de Referência e na proposta comercial da contratada;
- b) apresentar qualquer defeito durante os testes de conformidade e verificação;
- c) ocorrendo a recusa, a contratada deverá providenciar a substituição do mesmo prazo de entrega, contados da comunicação feita pelo contratante.
- d) no caso para a solução, pela contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

LEIA-SE:

8.1. Do Local e forma de entrega:

8.1.1. O local de entrega será oportunamente informado na emissão da Ordem de Fornecimento, conforme o cronograma de eventos.

8.1.2. A entrega do objeto deverá ser de **FORMA PARCIAL**, de acordo com as necessidades dos eventos.

8.1.3. Os serviços serão executados conforme solicitado por ordem de fornecimento pelo CONTRATANTE.

8.1.4. Os serviços deverão ser executados rigorosamente dentro das especificações estabelecidas neste Termo, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa formal, com a aplicação das penalidades contratuais.

8.1.5. Não aceito os serviços executados, será comunicado à empresa para que imediatamente se refaça os serviços que não estão de acordo com as especificações mínimas de qualidade estabelecidas no Termo de Referência/Contrato.

8.1.5.1. A entrega deveser efetuada no prazo de até 72 horas a contar do recebimento da ordem de fornecimento a qual deverá conter endereço completo e responsável pelo recebimento.

8.1.5.2. Fica sob responsabilidade da contratada todos os custo de transporte, logística de entrega, de retirada, carga e descarga, montagem, desmontagem e limpeza da mesma pós montagem.

8.1.5.3. Para o Lote III, itens 10 e 11 e item 03 do Lote II:

8.1.5.3.1. Todas estruturas metálicas devem possuir aterramento elétrico conforme "ABNT NBR 5419:2005 - Proteção de estruturas contra descargas atmosféricas". Apresentação de projetos (estrutural e aterramento) e laudo técnico (aterramento) com as devidas Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de profissional habilitado (Engenheiro Mecânico/Civil e Engenheiro Eletricista), emitida pelo Conselho de Engenharia e Agronomia de Rondônia (CREA-RO), com taxas pagas e com VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS.

8.1.5.4. Para o Lote II, itens 06, 07 e 08:

8.1.5.4.1. A licitante deverá apresentar Laudo Técnico de montagem/desmontagem do tipo descrito, explicativo das estruturas com anotações/registros de responsabilidade técnica (ART/RRT) da execução emitidas pelo conselho de fiscalização profissional competente em nome dos profissionais habilitados, como forma de conferir autenticidade e veracidade às informações constantes nos documentos emitidos em nome da licitante, com taxas pagas e com VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS.

8.2. Do Prazo

8.2.1. O prazo de entrega será conforme o cronograma de eventos da Superintendência de Gestão e Gastos Públicos e dos órgãos vinculados ao Gabinete do Governador, solicitado perante a ordem de fornecimento.

8.2.2. O prazo máximo de entrega/montagem deverá ser de **10 (dez) dias corridos**, a partir

do recebimento da Ordem de Serviço.

8.2.3. Para o Lote I a entrega e montagem deverá ser até **24h (vinte e quatro horas), antes do(s) evento(s).**

8.3. O recebimento do objeto da aquisição se dará conforme compreenderá duas etapas distintas, a seguir discriminadas:

a) Provisoriamente, em até **03 (três) dias úteis**, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

b) Definitivamente, em **5 (cinco) dias úteis**, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação. A comissão de recebimento constará a:

I - Verificação física do objeto adquirido para constatar a integridade do mesmo.

II - Verificação da conformidade com a quantidade e especificações constantes do Termo de Referência.

III - O recebimento provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do material, nem ético profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela Lei ou instrumento contratual.

8.4. Das Condições de Recebimento

8.5. O recebimento dos serviços será realizado ao final de cada etapa conforme o cronograma de desembolso, onde serão emitidos um Termo de Recebimento Provisório e um Termo de Recebimento Definitivo por etapa, vejamos:

Período	Recebimento provisório	Recebimento Definitivo
Final da execução	10 (dez) dias úteis ao final da execução da etapa	10 (dez) dias úteis a partir da tramitação e ciência do Termo de Recebimento Provisório pelo gestor do contrato

8.6. Em conformidade com o artigo 140, inciso I da Lei no. 14.133/2021 c/c com Instrução Normativa n.º 06/2024/SUGESP-ASTEC, o objeto da presente licitação será recebido:

8.6.1. Recebimento Provisório

8.6.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, **no prazo de 10 (dez) dias** corridos, ao final do prazo da execução de cada etapa pelo fiscal do contrato administrativo e, quando necessário, em conjunto com o fiscal técnico nos termos do art. 22, inciso I da Instrução Normativa n.º 06/2024/SUGESP-ASTEC, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, por meio de relatório.

8.6.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado a que se referem a parcela a ser paga.

8.6.4. O fiscal do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico.

8.6.5. O fiscal do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

8.6.6. Verificar se estão sendo atendidas as especificações contidas nos planos, projetos, planilhas, memoriais descritivos, especificações técnicas, projeto básico, termo de referência, assim como os prazos de execução e de conclusão, devendo solicitar ao preposto da contratada a correção de imperfeições detectadas;

8.6.7. verificar a execução do objeto contratual, proceder a sua medição e recebê-lo, pela formalização da atestação;

8.6.8. Conforme o artigo 140 da Lei nº 14.133/2021 de Licitações e Contratos Administrativos (LLCA), caso seja constatado, durante o recebimento do objeto, que a execução está incompleta ou em desacordo com as condições estabelecidas no contrato, o prazo para o recebimento definitivo será interrompido. Esta interrupção perdurará até que o contratado sane as irregularidades

apontadas, garantindo a conformidade do objeto com os requisitos contratuais. O fiscal do contrato deverá documentar as não conformidades e comunicar formalmente ao contratado, estabelecendo um prazo para a correção das falhas. Somente após a verificação e aceitação das correções realizadas, o procedimento de recebimento definitivo poderá ser retomado e concluído.

8.6.9. Em acordo ao que determina o artigo 119 da Lei nº 14.133/2021, o contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

8.6.10. O objeto será rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo e na proposta, devendo ser reparado, corrigido ou substituído no prazo de até 03 (três) dias úteis, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. Nesse caso, será interrompido o prazo de recebimento definitivo, até que seja sanada a situação.

8.6.11. Caso o objeto seja REJEITADO, o termo de recebimento provisório perderá todos os efeitos jurídicos, inclusive o de purgação de eventual mora contratual.

8.6.12. Se o particular realizar a substituição, adequação e/ou reparos necessários dentro do prazo estipulado, será recebido provisoriamente pelos agentes acima mencionados e em definitivo, após constatar-se a conformidade em face dos termos pactuados.

8.6.13. Caso seja verificado que não será possível a adequação do objeto ou que, mesmo depois de concedido prazo para reparações, não seja alcançado o resultado esperado, será cabível a rescisão unilateral do contrato, conforme disposto no artigo 137, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, bem como a aplicação de penalidades, de acordo com o artigo 156 da referida lei, com a abertura de processo administrativo em que se garantirá o contraditório e a ampla defesa.

8.6.14. Recebimento Definitivo

8.6.15. o recebimento definitivo será efetuado - em até 10 (dez) dias úteis contados da data de tramitação e ciência do termo de recebimento provisório - pelo gestor do contrato, mediante termo de recebimento definitivo/termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

8.6.16. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas;

8.6.17. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

8.6.18. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

8.6.19. Comunicar a empresa para que envie a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.6.20. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.6.21. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da lei nº 14.133 de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que é pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6.22. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

3. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

ONDE SE LÊ:

29.4.6. Além disso, é recomendável avaliar se a empresa possui **certificações ambientais**

reconhecidas, como ISO 14001 ou LEED, como forma de pontuar o comprometimento com boas práticas ambientais. A apresentação dessas certificações deve ocorrer na fase de habilitação e também pode ser considerada como critério de pontuação adicional na análise das propostas.

LEIA-SE:

29.4.6. Além disso, é recomendável avaliar se a empresa possui **certificações ambientais reconhecidas**, como ISO 14001 ou LEED, como forma de pontuar o comprometimento com boas práticas ambientais.

Informamos, ainda, a inclusão do **tópico 14 - Da Qualificação Técnica Profissional**, com o objetivo de estabelecer critérios mais precisos quanto à comprovação da capacidade técnica das licitantes, em conformidade com as exigências legais aplicáveis à espécie, e conforme Errata 0062064401.

14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL

14.1. A licitante deverá apresentar, no ato do contrato, a comprovação técnica dos profissionais qualificados para a execução dos serviços.

14.1.1. PARA O ITEM 03:

a) Certificado de Registro no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU ou entidade competente, **emitido em nome do profissional, e ativo;**

b) A licitante deverá apresentar **Laudo Técnico de aterramento das estruturas com anotações/registros de responsabilidade técnica (ART/RRT)** emitidas pelo conselho de fiscalização profissional competente em nome dos profissionais vinculados a declaração que se refere o subitem 15.2.5, como forma de conferir autenticidade e veracidade às informações constantes nos documentos emitidos em nome da licitante.

c) A licitante deverá apresentar **Laudo Técnico do tipo descrito de Montagem/Desmontagem das estruturas com anotações/registros de responsabilidade técnica (ART/RRT) de execução** emitidas pelo conselho de fiscalização profissional competente em nome dos profissionais vinculados a declaração que se refere o subitem 15.2.5, como forma de conferir autenticidade e veracidade às informações constantes nos documentos emitidos em nome da licitante.

14.1.2. PARA OS ITENS 06, 07 e 08.

a) Certificado de Registro no Conselho de Arquitetura e Urbanismo -CAU ou entidade competente, **emitido em nome do profissional, e ativo;**

b) A licitante deverá apresentar **Laudo Técnico do tipo descrito de Montagem/Desmontagem das estruturas com anotações/registros de responsabilidade técnica (ART/RRT) de execução** emitidas pelo conselho de fiscalização profissional competente em nome dos profissionais vinculados a declaração que se refere o subitem 15.2.5, como forma de conferir autenticidade e veracidade às informações constantes nos documentos emitidos em nome da licitante.

14.1.3. PARA OS ITENS 10 e 11.

a) Certificado de Registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou entidade competente, **emitido em nome do profissional, e ativo;**

b) A licitante deverá apresentar certidões de acervo técnico (CAT) e Laudo Técnico de aterramento das estruturas com anotações/registros de responsabilidade técnica (ART/RRT) emitidas pelo conselho de fiscalização profissional competente em nome dos profissionais vinculados a declaração que se refere o subitem 15.2.5, como forma de conferir autenticidade e veracidade às informações constantes nos documentos emitidos em nome da licitante.

c) A licitante deverá apresentar **Laudo Técnico do tipo descrito de Montagem/Desmontagem das estruturas com anotações/registros de responsabilidade técnica (ART/RRT) de execução** emitidas pelo conselho de fiscalização profissional competente em nome dos profissionais vinculados a declaração que se refere o subitem 15.2.5, como forma de conferir autenticidade e veracidade às informações constantes nos documentos emitidos em nome da licitante.

Os documentos acima elencados deverão ser entregues 3 (três) dias úteis após o

Dessa forma, consequentemente, as demais numerações foram ajustadas para manter a ordem sequencial e a coerência do documento.

Porto Velho, 09 de julho de 2025.

MARIA LUIZA FELIX DE MORAES

Assessora Técnica
GCOM/CAF/SUGESP/RO

MARIA ADRIANA REIS DE MENEZES

Gerente de Compras
GCOM/CAF/SUGESP/RO

ALEXANDRO MIRANDA PINCER

Coordenador de Administração e Finanças
CAF/SUGESP/RO
Ordenador de Despesa Substituto

Portaria nº 163 de 21 de maio de 2024, Diário Oficial do Estado de Rondônia nº 94 (0048995625)



Documento assinado eletronicamente por **Maria Luiza Felix De Moraes**, Assessor(a), em 10/07/2025, às 12:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **MARIA ADRIANA REIS DE MENEZES**, Gerente, em 10/07/2025, às 13:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Alexandro Miranda Pincer**, Coordenador(a), em 10/07/2025, às 13:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0062063477** e o código CRC **D81B0352**.